

7 Razões para Proibir Urgentemente o Abate de Jumentos no Brasil

Excelentíssimo(a) Deputado(a),

Venho, por meio desta carta, como cidadão(ã) brasileiro(a), apelar ao seu consciente papel de legislador e ao compromisso com a sustentabilidade, o bem-estar animal e a Constituição, para que Vossa Excelência apoie e vote pela aprovação **de uma lei federal que proíba o abate de jumentos para fins comerciais** — seja para consumo interno ou exportação, pelas razões a seguir:

1. O jumento faz parte da história e da identidade rural brasileira.

Por séculos, o jumento foi essencial para a agricultura familiar, sobretudo no Nordeste, onde continua sendo usado para transporte de cargas e como animal de companhia. É parte do patrimônio cultural e genético do país. O Brasil é o único lugar do mundo onde existe o jumento nordestino com genoma próprio, conforme estudos publicados na [Tropical Animal Health and Production](#)

2. A espécie está em risco de extinção.

De 1996 a 2025, a população de jumentos caiu de 1,3 milhão para menos de 80 mil — um declínio de 94%. Em quatro décadas, para cada 100 animais, restaram apenas 6. O risco de desaparecimento da espécie é real, como atestam dados do IBGE, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). O abate industrial, concentrado na Bahia, já resultou na morte de cerca de 248 mil jumentos entre 2018 e 2024, conforme [Nota Técnica do Conselho Federal de Medicina Veterinária](#)

3. A atividade é extrativista, insustentável e inconstitucional.

Não há criação planejada de jumentos no Brasil. O modelo de negócio atual é baseado na extração de animais do campo, com transporte clandestino, quase sempre, sem origem documentada. Em 100% dos casos investigados pelo [Ministério Público da Bahia](#), os animais não tinham [Guia de Trânsito Animal \(GTA\)](#). Isso viola [o artigo 225 da Constituição](#), que proíbe práticas que levem uma espécie à extinção.

4. O comércio é altamente concentrado, logo, beneficia poucos.

Trata-se de um mercado concentrado em apenas três abatedouros, sem geração significativa de emprego ou arrecadação para o Estado.

5. Não haverá prejuízo econômico com a proibição.

Os abatedouros da região poderão manter sua operação adaptando-se a modelos mais sustentáveis, pois a atividade atual não justifica o passivo ambiental e reputacional gerado para o Brasil.

6. O abate é um risco sanitário e de saúde pública.

A movimentação de jumentos entre estados brasileiros, sem controle sanitário, favorece a disseminação de doenças como o mormo — uma zoonose classificada como de nível 3 de biossegurança, com alto risco para trabalhadores e comunidades, segundo o [Conselho Federal de Medicina Veterinária](#).

7. Há alternativas tecnológicas e sustentáveis.

Pesquisadores brasileiros, como a equipe do [Zoocel / Universidade Federal do Paraná](#) (UFPR), desenvolvem métodos de produção de colágeno por fermentação de precisão — tecnologia de agricultura celular, que poderia substituir o uso de peles de jumento e gerar uma nova economia para o Nordeste, mais ética e inovadora.

Deste modo, peço à Vossa Excelência que não se omita diante desses dados. O Brasil tem a oportunidade de liderar uma política pública sustentável, alinhada com os avanços científicos e os compromissos constitucionais. Além disso, poderá se juntar às iniciativas internacionais contra o comércio global de pele de jumentos, como é o caso dos países da África, que acabaram de decretar uma moratória para a exportação de jumentos daquele continente.

Proibir o abate de jumentos é proteger nossa biodiversidade, nossa história e nosso futuro.

Atenciosamente,

Um(a) cidadão(ã) brasileiro(a)